

3.0 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

No presente capítulo são assentadas as premissas legais em que se fundamenta o Estudo de Impacto Ambiental ora apresentado, a partir da análise da legislação aplicável ao empreendimento “Complexo Imobiliário Hoteleiro Esportivo”, localizado em Secretário, no Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, com especial enfoque para as questões normativas ligadas ao licenciamento e às medidas de controle e proteção ambiental.

Com esse estudo busca-se o fornecimento de subsídios para atuação do órgão ambiental competente e, sobretudo, pretende-se transformar a avaliação da legislação numa ferramenta para a tomada de decisões pelos empreendedores.

Serão apresentados, a seguir, os princípios e regras relacionados à concepção, instalação e operação do empreendimento, para conferir elementos normativos na compreensão da natureza e objetivos desse Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

Todas as normas ambientais que, direta ou indiretamente, sejam aplicáveis, devem ser observadas pelo empreendedor em todos os níveis de competência (municipal, estadual e federal).

A estrutura de apresentação da legislação ambiental pertinente seguirá a linha de raciocínio a partir da norma fundamental de maior hierarquia, subdividindo as demais a partir dos entes federativos a quem as normas legais e regulamentares estiverem vinculadas, com a apresentação de um quadro sintético ao final do capítulo.

3.2 LEGISLAÇÃO FEDERAL

3.2.1 A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Embora haja no ordenamento jurídico pátrio normas de relevância na proteção ambiental anteriores à Constituição de 1988, por critério metodológico e de hierarquia das normas, deve-se partir da análise da Constituição Federal para, após esse momento, verificar a aplicabilidade das leis, decretos e regulamentos em nível federal.

Na Magna Carta brasileira, em seu artigo 23, inciso V, foi fixada como ação administrativa comum a todos os entes federativos (União, Estados e Municípios), a proteção ao meio ambiente e o combate a poluição em qualquer de suas formas¹. O Constituinte conferiu ao cidadão, igualmente, como garantia fundamental, o direito de propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (artigo 5º, LXXIII, CRFB).

O princípio da proteção ao meio ambiente permeia a Constituição e deve orientar o desempenho da atividade econômica em todas as suas modalidades, o que, nos termos do artigo 170, inciso VI, da Constituição, impõe que o empreendimento ora sob análise tenha na defesa do meio ambiente um dos princípios gerais de sua atuação.

O Capítulo VI da Constituição consagra um título específico para o Meio Ambiente, trazendo as disposições em seu artigo 225:

¹ Em 08 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei Complementar Federal nº 140, que alterou a e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981 e fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

“CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.”

Dentre as normas constantes no citado capítulo da Constituição, de maior importância se revela aquela que impõe a realização de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

Percebe-se que de acordo com a disposição constitucional, o Estudo de Impacto Ambiental deve ser exigido conforme previsto em lei e somente nos casos de obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental.

Coube à legislação infraconstitucional a definição do que se considera como significativo impacto ambiental.

3.2.2 DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – LEI Nº 6.938/81

Um dos primeiros marcos na legislação ambiental brasileira foi a edição da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (“PNMA”).

Já na década de 80, a PNMA fixou o conceito de meio ambiente como objeto específico de proteção em seus inúmeros aspectos e também criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O artigo 2º, da Lei nº 6.938/81², estabeleceu os objetivos principais da PNMA, e, em seu artigo 9º, previu os instrumentos necessários para execução da política, dentre os quais destaca-se a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental.

Previsto na PNMA como integrante do SISNAMA, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) foi criado como órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

²Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

As Resoluções ditadas pelo CONAMA, portanto, devem ser observadas naquilo que for pertinente ao empreendimento, conforme quadro sintético apresentado ao final do capítulo, especialmente no que se refere aos padrões e normas regulatórias.

3.2.3 A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01/1986

No ano de 1986, o CONAMA editou a Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986, por meio da qual definiu uma lista de empreendimentos e atividades que estão sujeitos à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Na citada Resolução nº 01/86, ficou assim definido o conceito de impacto ambiental:

“Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.”

Dentro do rol de atividades sujeitas ao EIA, delineadas no artigo 2º da Resolução nº 01/86, aquela que melhor se amolda ao empreendimento apresentado é a inserida no inciso XV, que considera como passível de causar significativo impacto os “projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes.”

Ainda segundo as diretrizes definidas na Resolução CONAMA nº 01/86, para a elaboração do EIA é exigido que se faça o diagnóstico ambiental da área; a descrição da ação proposta, com identificação de alternativas tecnológicas e de localização do projeto, verificando a hipótese de não implantação do mesmo; a identificação, análise e previsão dos impactos significativos nas fases de implantação e operação; definir as áreas de influência direta e indireta; e analisar a compatibilidade com os planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência (artigo 6º, Res. 01/86).

O CONAMA estabelece ainda as atividades técnicas desenvolvidas no EIA, que são: elaboração de diagnóstico ambiental da área com estudos sobre os meios físico, biológico e socioeconômico; análise dos impactos ambientais através da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos impactos relevantes em positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazo, temporários e permanentes, grau de reversibilidade e outros; definição das medidas mitigadoras para os impactos negativos; e elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento, indicando os parâmetros a serem analisados (artigo 6º, Res. 01/86).

Há possibilidade de realização de audiência pública com a finalidade de dar publicidade e informar a população acerca do empreendimento em questão e sobre os principais aspectos do estudo prévio de impacto ambiental.

Conforme será exposto no item específico da legislação estadual, a audiência pública para EIA/RIMA analisado pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA deverá obedecer ao disposto na Resolução CONEMA nº 35, de 15 de agosto de 2011.

Realizada a audiência pública, feitos os comentários/questionamentos e coletadas críticas/sugestões, tais contribuições externas influenciarão no parecer final emitido pelo órgão licenciador, no caso do Rio de Janeiro, o INEA.

3.2.4 A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997

Com a finalidade de revisar os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, foi editada a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que

disciplinou os trâmites do licenciamento e determinou a repartição de competência entre os órgãos ambientais.

Em seu artigo 1º, a Resolução nº 237/97 trouxe algumas definições normativas, dentre as quais destaca-se aquela que considera o licenciamento ambiental como “procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.”

Repetindo regra já fixada na Constituição Federal, o artigo 3º da Resolução impõe, nos casos de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, a necessidade de elaboração de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas.

A competência para licenciamento, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/97, deve ser exercida por um único órgão ambiental e em uma única esfera de competência (art. 7º), ficando assim consignada a repartição entre os órgãos:

“Art. 4º. Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

IV - destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

V - bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

§ 1º O IBAMA fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

§ 2º O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Art. 5º. Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Parágrafo único. O órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Municípios em que se localizar a

atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

Art. 6º. Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.”

Conforme será verificado a seguir, a competência para licenciamento também está prevista na Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que estabeleceu normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas.

Por questão de hierarquia normativa, devem prevalecer as disposições previstas na Lei Complementar nº 140/2011 quando em conflito com as normas previstas nas Resoluções CONAMA e, inclusive, naquelas previstas na Lei Federal nº 6.938/81.

3.2.5 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC: LEI FEDERAL Nº 9.985/2000

A Lei Federal nº 9.985, de 19 de julho de 2000, regulamentou o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, disciplinando o regime jurídico dos espaços territoriais especialmente protegidos.

De acordo com dados obtidos junto ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação³, do Ministério do Meio Ambiente, o Município de Petrópolis conta com onze unidades de conservação da natureza em seu território, conforme quadro sintético a seguir:

Quadro 1- Unidades de Conservação da Natureza em Petrópolis/RJ

Nome da UC	Esfera Administrativa	Categoria de Manejo
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE PETRÓPOLIS – APA/Petrópolis	Federal	Área de Proteção Ambiental
PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ORGÃOS – PARNASO	Federal	Parque
RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ – Rebio TINGUÁ	Federal	Reserva Biológica
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL PILÕES	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL PEDRA AMARILIS	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL FAZENDA LIMEIRA	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural

³ BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ÁREAS PROTEGIDAS. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em 08 fev. 2013.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL GRAZIELA MACIEL BARROSO	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RESERVA BIOLÓGICA DE ARARAS - Rebio ARARAS	Estadual	Reserva Biológica
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS	Municipal	Parque
MONUMENTO NATURAL DA PEDRA DO ELEFANTE	Municipal	Monumento Natural
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL ROGÉRIO MARINHO	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural

O empreendimento sob análise não se encontra inserido em nenhuma das unidades de conservação apresentadas acima, nem, tampouco, afeta a zona de amortecimento de qualquer uma delas.

Portanto, não se aplicam as disposições constantes na própria lei nº 9.985/00 e Resolução CONAMA nº 428/10 acerca da necessidade de anuência prévia aos empreendimentos sujeitos à EIA/RIMA.

3.2.6 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (ARTIGO 36 DA LEI FEDERAL Nº 9.985/2000)

Há de se observar, ainda, a previsão contida no artigo 36 da Lei do SNUC:

“Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.”

Embora o dispositivo não mencione a expressão *compensação ambiental*, o regulamento da lei⁴ tratou-a como tal, sendo que, doutrina e jurisprudência classificam a prestação contida no artigo 36 da lei do SNUC como subespécie das modalidades medidas compensatórias previstas de maneira esparsa na legislação ambiental⁵:

“a compensação, no Direito Ambiental, em todas suas facetas, tem por finalidade primordial fazer com que uma atividade degradadora ou poluidora que afete negativamente o equilíbrio ambiental por agredir alguns de seus elementos corpóreos ou incorpóreos, ofereça uma contribuição para afetá-lo positivamente, melhorando a situação de outros elementos corpóreos e incorpóreos que não os afetados.”⁶

A medida compensatória deve ser exigida nos casos de (i) licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades (ii) de significativo impacto ambiental (iii) não mitigável, (iv) com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório, exigida em favor da (v) implantação e manutenção de unidade de conservação, preferencialmente integrante do grupo de proteção integral.

⁴ Decreto 4.340/02 (Art. 31)

⁵ Entre outras, (i) compensação por dano ambiental irreversível, (ii) compensação para supressão de área de preservação permanente (APP), (iii) compensação de reserva legal, (iv) compensação para supressão de mata atlântica e (v) compensação para implementação de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.

⁶ BECHARA, Érika. **Uma contribuição ao aprimoramento do instituto da compensação ambiental na Lei 9.985/2000**. Pontifícia Universidade Católica, P. 158, São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado)

O breve apontamento desses requisitos é relevante na medida em que não é devida a compensação para licenciamento de toda e qualquer atividade, mas apenas daquelas de significativo impacto ambiental.

O cálculo da compensação ambiental é realizado nos moldes previstos nos artigos 31 e seguintes do Decreto Federal nº 4.340/00, com os acréscimos do Decreto nº 6.848/09, sabendo-se da decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378, cuja ementa se transcreve a seguir:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 36 E SEUS §§ 1º, 2º E 3º DA LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. CONSTITUCIONALIDADE DA COMPENSAÇÃO DEVIDA PELA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DO § 1º DO ART. 36. 1. O compartilhamento-compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985/2000 não ofende o princípio da legalidade, dado haver sido a própria lei que previu o modo de financiamento dos gastos com as unidades de conservação da natureza. De igual forma, não há violação ao princípio da separação dos Poderes, por não se tratar de delegação do Poder Legislativo para o Executivo impor deveres aos administrados. 2. Compete ao órgão licenciador fixar o quantum da compensação, de acordo com a compostura do impacto ambiental a ser dimensionado no relatório - EIA/RIMA. 3. O art. 36 da Lei nº 9.985/2000 densifica o princípio usuário-pagador, este a significar um mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica. 4. Inexistente desrespeito ao postulado da razoabilidade. Compensação ambiental que se revela como instrumento adequado à defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, não havendo outro meio eficaz para atingir essa finalidade constitucional. Medida amplamente compensada pelos benefícios que sempre resultam de um meio ambiente ecologicamente garantido em sua higidez. 5. Inconstitucionalidade da expressão "não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento", no § 1º do art. 36 da Lei nº 9.985/2000. O valor da compensação-compartilhamento é de ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental, após estudo em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa. Prescindibilidade da fixação de percentual sobre os custos do empreendimento. 6. Ação parcialmente procedente. (ADI 3378,

Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 09/04/2008, DJe-112 DIVULG 19-06-2008 PUBLIC 20-06-2008 EMENT VOL-02324-02 PP-00242 RTJ VOL-00206-03 PP-00993)"

3.2.7 LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 140/2011

A Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, estabeleceu normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas.

No artigo 2º da LC nº 140/2011 encontra-se a definição normativa de licenciamento ambiental, segundo a qual trata-se de “procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”.

Em sentido próximo ao estabelecido na Resolução CONAMA nº 237/1997, a definição das competências administrativas de licenciamento foram trazidas pela Lei Complementar nº 140/2011, cabendo à União o licenciamento de obras e atividades (i) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; (ii) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva; (iii) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas; (iv) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); (v) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados.

Competirá aos estados membros o licenciamento de empreendimentos e atividades que não estejam na esfera de competência da União ou dos Municípios, e, ainda, de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Aos Municípios são conferidas as competências para análise de licenciamentos de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de

âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou, também, localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

No caso do Município de Petrópolis, de acordo com normatização do Conselho Estadual do Meio Ambiente através da Resolução CONEMA nº 42/2012, não estão dentro da esfera de atribuição do Município os licenciamentos de empreendimentos sujeitos à elaboração de prévio Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Portanto, o empreendimento ora sob análise submete-se ao crivo do órgão ambiental estadual.

Nos termos do artigo 13, da Lei Complementar Federal nº 140/2011, os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, sendo que os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador, conforme quadro exposto a seguir:

Quadro 2- Repartição de competências entre os entes federativos na supressão de vegetação

União	Estados	Municípios
Art. 7.º, XV - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em:	Art. 8.º, XVI - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em:	Art. 9º, XV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, aprovar:
a) florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de	a) florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do Estado,	a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações

conservação instituídas pela União, exceto em APAs; e	exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);	sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); e
b) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pela União;	b) imóveis rurais, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º; e	b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.
	c) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Estado;	
*ao Distrito Federal cabem as mesmas ações administrativas dos Estados e Municípios.		

Ressalte-se, contudo, que, na hipótese de autorização para supressão de vegetação não decorrente de atividades ou empreendimentos objeto de licenciamento ambiental, aplicam-se as regras de divisão de atribuições previstas em outros diplomas legislativos, como o Código Florestal (Lei 12.651/12) e a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06).

As regras que não tratam de divisão de atribuições para supressão de vegetação, contidas na legislação, não foram modificadas pela LC 140/11, tais como as do Código Florestal sobre Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e as da Lei de Mata Atlântica sobre sua utilização e recomposição.

O exercício do poder de polícia administrativo, nos termos da Lei Complementar nº 140/2011, deverá respeitar a regra de repartição de competência para o exercício do licenciamento ambiental.

3.2.8 CÓDIGO FLORESTAL: LEI FEDERAL Nº 12.651/2012

Foi publicada no Diário Oficial da União - DOU de 28/05/2012, a Lei 12.651, datada de 25 de maio de 2012, que revogou a Lei Federal nº 4.771/65 e estabeleceu normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, o novo Código Florestal, bem como a Medida Provisória 571 - MP 571/2012, também datada de 25/05/2012, que, por sua vez, alterou dispositivos da citada Lei 12.651 e inseriu outras disposições.

Posteriormente, no Diário Oficial da União de 18/10/2012, foi publicada a Lei Federal nº 12.727/2012, que alterou o novo Código Florestal e que está em vigor desde a data da sua publicação.

Tratam-se de normas de grande relevância e importância para o empreendimento, haja vista que a Lei 12.651 revogou expressamente a Lei 4.771/1965 (antigo Código Florestal), a Lei 7.754/89 e suas alterações posteriores (que continha medidas de proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios), e ainda a Medida Provisória 2.166-67/2001 (que versava sobre a supressão de vegetação em área de preservação permanente).

Inicialmente, destaca-se que a Lei 12.651/2012 teve 12 (doze) dispositivos vetados, sendo eles o artigo 1º, o inciso XI do artigo 3º, os §§ 3º, 7º e 8º do artigo 4º, o § 3º do artigo 5º, os §§ 3º e 4º do artigo 26, o artigo 43, o artigo 61, o artigo 76, e, ainda, o artigo 77, além de uma série de disposições inseridas por meio da Medida Provisória 571/2012, que fora publicada na mesma data, perfazendo cerca de 32 modificações na lei original. Assinala-se abaixo alguns dos principais aspectos da nova lei, dando-se como válidas as disposições contidas na MP 571/2012, não obstante sua publicação tenha sido realizada na mesma data de publicação da Lei 12.651/2012.

Após vetos ao texto original e alterações trazidas pela MP nº 571/2012 e pela Lei Federal nº 12.727/2012, o artigo 3º, da Lei Federal nº 12.651/2012 definiu diversos institutos previstos ao longo do Código Florestal.

O regime das áreas de preservação permanente – APP encontra-se previsto no Capítulo II, nos artigos 4º e seguintes, do Código Florestal:

“Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d’água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.”

Importante ressaltar que, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Lei Federal nº 12.651/2012, não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

Ainda de acordo com o novo Código Florestal, nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do artigo 4º da referida lei, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente.

Nos termos do artigo 6º, também são considerados de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

II - proteger as restingas ou veredas;

III - proteger várzeas;

IV - abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção;

V - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico;

VI - formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

VII - assegurar condições de bem-estar público;

VIII - auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

IX - proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional. ”

Ao disciplinar o regime de proteção das APP's, o novo Código Florestal impõe que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na lei.

A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Tendo ocorrido supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da cobertura vegetal, observadas as exceções previstas no próprio Código.

Considerando os critérios de hierarquia, especialidade e temporalidade, conclui-se que a Resolução CONAMA nº 303/02, que dispunha sobre Áreas de Preservação Permanente, encontra-se atualmente revogada pela Lei Federal nº 12.651/2012. Outros dispositivos regulamentares da Lei Federal 4.771/65 também se encontram inaplicáveis por força da revogação pela Lei Federal nº 12.651/2012.

O Código Florestal, dentre outros mecanismos de proteção, prevê, ainda, a Reserva Legal, que consiste em uma área dentro de cada imóvel rural, delimitada conforme os percentuais mínimos previstos no Código, na qual é obrigatória a manutenção de cobertura de vegetação nativa.

Existem várias obrigações relativas à Reserva Legal, algumas vinculadas ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, previstas na Lei Federal nº 12.651/2012. Os responsáveis pelo cumprimento dessas obrigações estão especificados no quadro a seguir:

Quadro 3- Obrigações relativas à Reserva Legal

Obrigação:	A quem cabe cumprir:
a) suspender imediatamente as atividades em área de Reserva Legal desmatada irregularmente após 22/07/08 (art.17, §3º)	a quem quer que pratique atividades em área de Reserva Legal
b) conservar ou manter a Reserva Legal com cobertura de vegetação nativa (art. 12, <i>caput</i> , art. 17, <i>caput</i> e art. 19, <i>caput</i>)	ao proprietário ao possuidor e ao ocupante, a qualquer título

c) demonstrar que o imóvel rural está inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR (art. 26, caput)	ao requerente da autorização para supressão de vegetação
d) incluir, como documento anexo ao requerimento de autorização para a supressão de vegetação, a informação sobre a localização do imóvel, das Áreas de Preservação Permanente, da Reserva Legal e das áreas de uso restrito, por coordenada geográfica, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel (art. 26, §4º, I)	ao requerente da autorização para supressão de vegetação
e) demonstrar que o imóvel rural está inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR, quando do pedido de adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA (art. 59, §2º)	ao requerente da adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA
f) recompor; permitir que ocorra a regeneração natural da vegetação; ou, compensar a Reserva Legal (art. 66)	ao proprietário ou ao possuidor
g) entregar ao órgão ambiental a documentação exigida para a análise da localização da área de Reserva Legal (art. 14, § 2º)	ao proprietário ou ao possuidor
h) registrar a área da Reserva Legal no órgão ambiental competente, mediante sua inscrição/registro no Cadastro Ambiental Rural - CAR ou, no caso de posse, mediante assinatura de termo de	ao proprietário ou ao possuidor

compromisso (art. 18)	
-----------------------	--

No que se refere à averbação da Reserva Legal junto ao cartório de Registro de Imóveis, o Código Florestal especifica que o registro da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural - CAR desobriga essa averbação. No período entre 28/05/12 e a data do registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR, porém, poderá ser realizada a averbação gratuitamente da reserva legal na matrícula do imóvel (proprietário) ou assinado Termo de Compromisso (possuidor) – art. 18, § 4º.

Cabe frisar, ainda, que (i) protocolada, junto ao órgão ambiental, a documentação exigida para a análise da localização da área de Reserva Legal, não poderá ser imputada ao proprietário ou possuidor rural sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, em razão da não formalização da área de Reserva Legal (art. 14, § 2º); e, (ii) o Programa de Regularização Ambiental - PRA destina-se à regularização do uso de áreas rurais consolidadas. A adesão ao PRA visa, dentre outras consequências e desde que atendidos determinados requisitos, o impedimento de autuação, a suspensão das sanções e, por fim, a regularização do uso destas áreas (art. 59, §§ 4º e 5º).

3.2.9 LEI FEDERAL Nº 6.766/79 E ESTATUTO DAS CIDADES (LEI FEDERAL Nº 10.257/01)

Considerando o viés imobiliário em que também se fundamenta o empreendimento ora sob análise, a Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento solo, deverá ser observada naquilo em que não conflitar com a disposições da legislação municipal editada com fundamento no artigo 30 da Constituição Federal.

A Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade – Política Urbana), regulamentando os artigos 182 e 183 da CF/88, que tratam da política de desenvolvimento urbano, estipulou como obrigatório o Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança (EIV). Entretanto, no Município de Petrópolis, o referido instituto previsto no Estatuto das Cidades ainda carece de

regulamentação por lei local, muito embora haja Plano Diretor vigente datado de 05 de novembro de 1991.

3.3 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro consagra, em seu em seu capítulo VIII, a proteção ao Meio Ambiente, dispondo em seu artigo 261 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público, o dever de defendê-lo, zelar por sua recuperação e proteção em benefício das gerações atuais e futuras”.

As áreas de preservação permanente encontram-se previstas na Constituição estadual, em seu artigo 268 e incisos.

O Constituinte estadual previu, ainda, no artigo 261, §1º, inciso X, que o poder público poderá “condicionar, na forma da lei, a implantação de instalações ou atividades, efetiva ou potencialmente causadoras de alterações significativas do meio ambiente à prévia elaboração de estudo de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Regulamentando o dispositivo da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, foi editada a Lei Estadual nº 1356, de 03 de outubro de 1988, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental.

Aprovada pela Deliberação CECA/CN nº 3.663, de 28 de agosto de 1997, e publicada no DOERJ de 29 de agosto de 1997, tem-se a Diretriz DZ-041.R-13 - Diretriz para realização de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

O regulamento para a realização de audiência pública para os Estudos de Impacto Ambiental encontra-se na Resolução CONEMA nº 35, de 15 de agosto de 2011.

O Decreto-lei nº 134, de 16 de junho de 1975, dispôs sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e deu outras providências, dentre as quais destaca-se aquela que prevê que a Comissão Estadual de Controle

Ambiental (CECA) e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), atual Instituto Estadual do Ambiente (Inea), exercerão o controle da poluição sobre as fontes poluidoras existentes.

As condutas vedadas e as sanções administrativas derivadas dessas condutas lesivas ao meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro encontram-se previstas na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000.

Por sua vez, a Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente – Inea e sobre outras providências para maior eficiência na Execução das políticas estaduais de meio ambiente, de Recursos hídricos e florestais.

Disciplinando a descentralização do licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, tem-se o Decreto Estadual nº 42.050, de 25 de setembro de 2009, enquanto o Decreto Estadual nº 42.159, de 02 de dezembro de 2009, revogou o Decreto Estadual nº 1.633/1977 e dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM.

A Política Estadual de Recursos Hídricos encontra-se disciplinada pela Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, restando o Estado do Rio de Janeiro dividido em dez regiões hidrográficas, conforme Resolução/CERHI-RJ nº 18, de 08 de novembro de 2006.

Disciplinando a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos corpos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, tem-se a Lei Estadual nº 4247, de 16 de dezembro de 2003, enquanto os corpos hídricos integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul têm na Resolução CERHI nº 06, de 29 de maio de 2003, as normas de regulamentação da cobrança pelo uso.

Naquilo em que não conflitar com a Lei Estadual nº 4247/03, os critérios gerais sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro encontram-se previstos na Resolução CERHI nº 09, de 13 de novembro de 2003.

O empreendimento encontra-se inserido na bacia hidrográfica do rio Piabanha, cujo Comitê foi instituído pela Resolução CERHI nº 12, de 28 de julho de 2005.

A Política Estadual de Resíduos Sólidos foi disciplinada pela Lei Estadual nº 4.191, de 30 de setembro de 2003, sendo que as diretrizes nº DZ 1310.R7 e DZ-9242.R-7 que versam,

respectivamente, sobre manifesto de resíduos e programa de autocontrole de efluentes líquidos (PROCON água) devem ser observadas durante a instalação e no período de operação da atividade.

A Lei Estadual nº 2661, de 27 de dezembro de 1996, regulamentou o disposto no artigo 277 da Constituição do estado do Rio de Janeiro no que se refere à exigência de níveis mínimos de tratamento de esgotos sanitários, antes de seu lançamento em corpos d'água e dá outras providências.

Os critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos encontram-se fixados pela NT-202.R-10, aprovada pela Deliberação CECA nº 1007, de 04 de dezembro de 1986.

A Lei Estadual nº 126, de 10 de maio de 1977, dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora, estendendo, a todo o estado do Rio de Janeiro, o disposto no Decreto-lei nº 112, de 12 de agosto de 1969, do antigo estado da Guanabara, com as modificações que menciona.

O Decreto "N" nº 779, de 30 de janeiro de 1967, aprovou o regulamento do controle de poluição atmosférica do antigo estado da Guanabara, tendo na NOP-INEA-01 as diretrizes de implantação do programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfera – PROMON AR.

3.4 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A Lei Orgânica do Município (LOM) de Petrópolis, que foi promulgada em 10 de outubro de 2012 após revisão do seu texto, já em seu artigo 3º, inciso IV, consagra a defesa, preservação e conservação do meio ambiente como um dos objetivos fundamentais dos cidadãos e dos representantes daquele Município.

Segundo a LOM, somente com respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental é que será possível atingir os objetivos estabelecidos pelo Município.

O respeito ao meio ambiente permeia todo o texto de constituição orgânica do Município, restando a esse tema o destacamento da sessão VIII, do artigo 190 ao 196.

Durante a concepção e localização do empreendimento, deverão ser observadas as normas gerais de uso e ocupação do solo previstas na Lei Municipal nº 5.393, de 25 de maio de 1998 e aquelas que fixaram parâmetros específicos para a implantação do Complexo Imobiliário Hoteleiro Esportivo, conforme previsões normativas fixadas nas leis municipais nº 6.773, de 20/07/2010 e 6.783, de 19/08/2010 que, respectivamente, criaram e alteraram a Área de Especial Interesse Econômico em que se localizará o empreendimento.

Na instalação do empreendimento, deverão ser observadas as disposições constantes no Decreto Municipal nº 143, de 22 de março de 1976, que instituiu o Código de Obras, sempre naquilo que não confrontar com a legislação específica citada acima.

As normas gerais para o licenciamento de obras do empreendimento encontram-se regulamentadas através do Decreto Municipal nº 1.011, de 31 de outubro de 2012.

A movimentação de terras que porventura vier a ser executada para instalação do empreendimento, além das normas gerais do Código de Obras e LUPOS, deverá observar ao disposto na Lei Municipal nº 4.698, de 05/01/1990 e na Resolução SMADS nº 01, de 16 de janeiro de 2012.

A supressão de vegetação – exótica ou nativa – no âmbito do Município de Petrópolis deverá obedecer, além da legislação federal pertinente (Lei da Mata Atlântica, Código Florestal, entre outras), ao disposto na Lei Municipal nº 6389/06 e respectivo regulamento.

3.5 QUADRO INFORMATIVO

Quadro 4- Quadro informativo sobre a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
Constituição da República Federativa do	Art. 5º, LXXIII; Art. 20, III; Art. 21, XIX; Art.

Brasil de 1988	23, V, VI e VII; Art. 170, VI; Art. 216 e Art. 225.
Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934	Código de Águas
Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964	Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.
Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.
Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências (Código de Caça).
Decreto nº 79.367, de 09 de março de	Dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água, e dá outras

1977	providências.
Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.
Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977	Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.
Portaria MINTER nº 53, de 01 de março de 1979	Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos
Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.
Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (alterada pela Lei nº 10.165, de 27/12/2000)	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
Decreto nº 92.446, de 07 de março de 1986	Promulga a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.
Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.
Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências
Portaria IBAMA nº 218, de 04 de maio de 1989	Dispõe sobre a derrubada e exploração de florestas nativas e de formações florestais sucessoras nativas de Mata Atlântica, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades

	industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando padrões, critérios e diretrizes.
Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990	Regulamenta a Lei 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990	Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões.
Resolução CONAMA nº 10, de 01 de outubro de 1993	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA nº 06, de 04 de maio de 1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de

	Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica.
Resolução CONAMA nº 249, de 1º de fevereiro de 1999	Aprova as Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, conforme publicado no Boletim de Serviço, ano V, nº 12/98 – Suplemento, 07/01/99, do Ministério do Meio Ambiente – MMA".
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Art. 36 e parágrafos – Institui a Compensação Ambiental.
Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.
Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Código das Cidades)
Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.
Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho	Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981,

de 2002	estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 317, de 04 de dezembro de 2002	Regulamenta da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002	Dispõe sobre os procedimentos necessários para obtenção das licenças ambientais referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país.
Instrução Normativa MMA nº 3, de 27 de maio de 2003	Espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção
Resolução CONAMA nº 347, de 10 de	Dispõe sobre a proteção do patrimônio

setembro de 2004	espeleológico.
Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 5.746, de 05 de abril de 2006	Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.
Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007	Estabelece critérios e padroniza os procedimentos relativos à fauna no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causam impactos sobre a fauna silvestre.
Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º, § 1º da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável

	pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.
Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010	Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a

	cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Resolução CONAMA nº 448, de 18 de janeiro de 2012	Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. (Código Florestal)
NBR 5422	Projeto de Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica.
NBR 7678	Segurança na execução de obras e serviços de construção.

NBR 10151	Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
Constituição do Estado do Rio de Janeiro	Título VII, Capítulo VIII, artigo 261 e seguintes
Decreto-lei nº 134, de 16 de junho de 1975	Dispõe sobre a prevenção e o controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.
Deliberação CECA nº 021, de 15 de março de 1978	NT 603.R-4 - critérios e padrões de qualidade do ar ambiente
Deliberação CECA nº 1007, de 04 de dezembro de 1986	Aprova a NT-202.R-10 - critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos
Decreto nº 9.760, de 11 de março de 1987	Regulamenta a Lei nº 1.130, de 12.02.87, localiza Áreas de Interesse Especial do Estado, e define normas para loteamentos e desmembramentos a que se refere o artigo 13 da Lei Federal nº

	6.766/79.
Lei Estadual nº 1356, de 03 de outubro de 1988	Dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental.
Lei Estadual nº 2661, de 27 de dezembro de 1996.	Regulamenta o disposto no art. 274 (atual 277) da constituição do estado do rio de janeiro no que se refere à exigência de níveis mínimos de tratamento de esgotos sanitários, antes de seu lançamento em corpos d'água e dá outras providências.
Deliberação CECA/CN nº 3.663, de 28 de agosto de 1997	Aprova a Diretriz DZ-041.R-13 para realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)
Diretriz DZ-041.R-13	Diretriz para implementação do EIA/RIMA
Lei Estadual nº 3239, de 02 de agosto de 1999	Institui a política estadual de Recursos Hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências.
Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Resolução CERHI nº 06, de 29 de maio	Dispõe sobre a cobrança pelo uso de

de 2003	recursos hídricos nos corpos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul .
Lei Estadual nº 4191, de 30 de setembro de 2003	Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências.
Resolução CERHI nº 09, de 13 de novembro de 2003	Estabelece critérios gerais sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 4247, de 16 de dezembro de 2003.	Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
Deliberação CECA nº 4.497, de 03 de setembro de 2004	Aprova a Diretriz DZ-1310.R-7 - Sistema De Manifesto de Resíduos
Resolução CERHI nº 12, de 28 de julho de 2005	Aprova a instituição do comitê da bacia hidrográfica do rio Piabanha e sub-bacias hidrográficas dos rios Paquequer e Preto, no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.
Resolução CERHI nº 18, de 08 de novembro de 2006	Aprova a definição das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente – Inea e sobre outras providências para maior eficiência

	na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de Recursos hídricos e florestais.
Decreto Estadual nº 41.039, de 29 de novembro de 2007	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual n 3239/1999; revoga o Decreto 32.862/2003 e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 42.159, de 02 de dezembro de 2009	Dispõe sobre o licenciamento ambiental - SLAM, revogando o Decreto nº 1.633, de 21 de dezembro de 1977, instituindo o novo sistema de licenciamento estadual.
Decreto Estadual nº 42.356, de 16 de março de 2010	Dispõe sobre o tratamento e a demarcação das faixas marginais de Proteção nos processos de licenciamento ambiental e de emissões de Autorizações ambientais no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 42.440, de 30 de abril de 2010	Altera o Decreto nº 42.050 de 25 de setembro de 2009, que disciplina o procedimento de descentralização do Licenciamento Ambiental mediante a celebração de convênios com os municípios do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Resolução CONEMA nº 26, de 22 de novembro de 2010	Aprova a NOP-INEA-01 que cria o Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera – PROMON AR

Resolução Inea nº 23, de 30 de novembro de 2010	Procedimentos para tramitação de processos de licenciamento ambiental.
Resolução CONEMA nº 35, de 15 de agosto de 2011	Regulamenta a realização de Audiências Públicas em procedimentos de licenciamento ambiental sujeitos ao EIA/RIMA
Resolução CONEMA nº 42, de 17 de agosto de 2012	Dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na lei complementar nº 140/2011, e dá outras providências.
Resolução Inea nº 53, de 27 de março de 2012	Estabelece os novos critérios para a determinação do porte e potencial poluidor dos empreendimentos e atividades poluidores ou utilizadores de recursos ambientais, bem como os capazes de causar degradação ambiental, sujeitos ao licenciamento ambiental.
Resolução Inea nº 63, de 27 de novembro de 2012	Aprova a normatização e os procedimentos para abertura de processos, análise e emissão de certidão ambiental de uso insignificante de

	recursos hídricos.
Resolução CONEMA nº 44, de 14 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação de eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos, no processo de licenciamento ambiental estadual.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	
Lei Orgânica do Município de Petrópolis Revisão promulgada em 10 de outubro de 2012	Artigos 3º, IV; 134, II; 137, VI; 155, V; 161, VI; 167; 170; 176, IV e VII; 177, III; 181, §1º; 182; Artigos 190 a 196
Deliberação nº 658, de 9 de abril de 1956	Proíbe a derrubada de matas nas coroas de morros e nas adjacências de nascentes.
Decreto Municipal nº 143, de 22 de março de 1976	Institui o Código de Obras
Deliberação nº 1.992, de 29 de setembro de 1964	Institui o plano de proteção aos bens naturais do Município de Petrópolis
Deliberação nº 2.912, de 24 de setembro	Estabelece normas para o

de 1970	Desenvolvimento Urbano e Regional do Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei Municipal nº 4.457, de 23/12/1986 - pub. 27/12/1986	Torna obrigatória a exigência de instalação de estação de tratamento de efluentes em conjuntos residenciais ou industriais.
Lei Municipal nº 4.698, de 05/01/1990 - pub. 09/01/1990	Estabelece normas para terraplanagem com movimento igual ou superior a 50m3 de terra
Lei Municipal nº 4.870, de 05/11/1991 - pub. 14/11/1991	Institui o Plano Diretor de Petrópolis, segundo os preceitos contidos na Constituição Federal, Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Petrópolis.
Lei Municipal nº 5.379, de 07/01/1998 - pub. 08/01/1998	Dispõe sobre a limpeza e manutenção de reservatório de água destinada ao consumo humano nos prédios e condomínios residenciais e comerciais e repartições públicas do Município de Petrópolis.
Lei municipal nº 5.393, de 25/05/1998 - pub. 28/05/1998	Estabelece normas para as atividades de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo do Município de Petrópolis.
Lei Municipal nº 5.426, de 21/10/1998 - pub. 22/10/1998	Regulamenta a Comissão Permanente da Análise de Projetos Especiais, Casos Omissos e Avaliação da LUPOS.

Lei Municipal nº 5.801, de 14/09/2001 - pub. 15/09/2001	Disciplina a instalação das estações de rádio base (ERB'S), microcélulas de telefonia celular e equipamentos afins e dá outras providências.
Lei Municipal nº 5.817, de 23/10/2001 - pub. 24/10/2001	Cria a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.
Lei Municipal nº 6.097, de 09/03/2004 - pub. 10/03/2004	Cria o Plano de Controle de Qualidade do Ar e determina outras providências.
Lei Municipal nº 6.362, de 02/06/2006 - pub. 10/06/2006	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.
Lei Municipal nº 6.389, de 14/11/2006 - pub. 17/11/2006	Dispõe sobre normas gerais de fiscalização ambiental e sobre o controle, o monitoramento, a preservação, a proteção e a recuperação da flora no Município de Petrópolis.
Lei Municipal nº 6.495, de 06/12/2007 - pub. 07/12/2007	Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de Licenciamento Ambiental no Município de Petrópolis e estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências.
Lei Municipal nº 6.773, de 20/07/2010 - pub. 22/07/2010	Cria Área de Especial Interesse Econômico destina-se à instalação de complexo residencial uni e multifamiliar, esportivo e hoteleiro.
Lei Municipal nº 6.783, de 19/08/2010 -	Dispõe sobre alteração nos artigos 1º e 4º

pub. 20/08/2010	da Lei nº 6.773, de 20 de julho de 2010.
Lei Municipal nº 6.855, de 08/06/2011 - pub. 09/06/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras contratarem responsável técnico em meio ambiente e dá outras providências.
Resolução SMADS nº 01, de 16/01/2012 – pub. 18/01/2012	Veda a supressão de vegetação, a realização de movimentação de terra, corte e aterro em encostas e taludes com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), no período compreendido de 1º de novembro a 31 de março do ano subsequente.
Decreto Municipal nº 1.011, de 31/10/2012 – pub. 01/11/2011	Regulamenta o disposto nas Leis Municipais 6.773 de 20 de julho de 2010 e 6.783 de 19 de agosto de 2010.